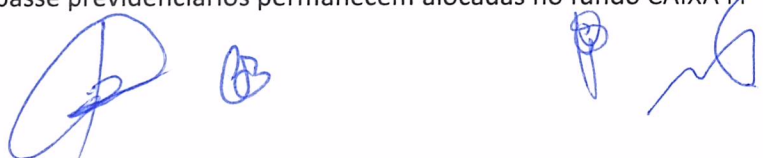


## ATA ORDINÁRIA Nº 09/2025 DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

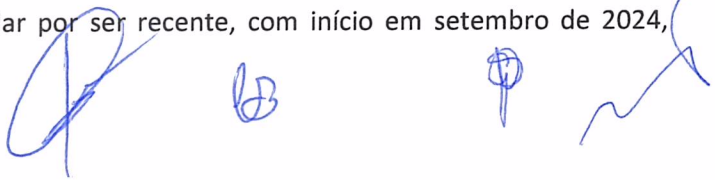
Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do TIMBOPREV: Carmelinde Brandt, Joel Ricardo Raiter, Greyce Nardelli Severino e Romero Espíndola e Silva, para acompanhar a carteira de investimentos do Instituto em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos e analisar a alocação dos recursos por cada segmento de mercado e os pareceres e avaliações do cenário macroeconômico proposta pela consultoria de investimento – SMI Consultoria. A Sra. Carmelinde abriu a reunião, dando boas-vindas aos participantes e em seguida, solicitou a Sra. Greyce que apresentasse um resumo das últimas deliberações e decisões tomadas nas reuniões anteriores. **1) Reuniões anteriores** – A Sra. Greyce apresentou a revisão das deliberações das reuniões realizadas pelo Comitê em agosto. **2) Carteira de Investimentos e Demonstrativos** – A Sra. Carmelinde iniciou a reunião dando continuidade à análise da carteira de investimentos. Foi ressaltado que, como já ocorreu uma reunião com a consultoria SMI nesta semana, na qual o cenário econômico foi abordado, não seria necessário retomar essa discussão, deixando tal análise aos especialistas. Em seguida, a Sra. Carmelinde apresentou os principais pontos do relatório de gestão, destacando a composição da carteira: Títulos Públicos – 64,50%; Renda Fixa – 28,20%; Letra Financeira – 4,40%; Renda Variável – 2,50%; Fundo em Participação – 0,40%. O patrimônio líquido (PL) fechou em R\$ 186.139.578,84 no mês de agosto, com retorno da carteira de R\$ 1.484.899,44 no mês e R\$ 13.435.411,44 no ano. A rentabilidade do mês de agosto, cuja meta era de 0,29%, apresentou resultado de 0,81%. No acumulado do ano, a meta de 6,50% foi superada, atingindo 8,05%, ou seja, 1,50% acima do objetivo. Quanto à rentabilidade por fundo, foi informado que o único fundo com resultado negativo no mês e no ano foi o BRASIL FLORESTAL FIC FIP (CNPJ 15.190.417/0001-31), enquanto todos os demais apresentaram rentabilidade positiva. Em relação à liquidez e ao enquadramento, todos os fundos encontram-se devidamente enquadrados, assim como os percentuais da carteira. No demonstrativo financeiro de agosto, foi registrado déficit de R\$ 587.000,00, considerando apenas as receitas ordinárias, e superávit de R\$ 740.000,00 ao se incluir a Alíquota Suplementar. Considerando o valor total da Taxa de Administração, o déficit seria ligeiramente maior, faltando R\$ 58.000,00 para completar R\$ 168.000,00. Foi informado que o COMPREV deverá registrar entrada de aproximadamente R\$ 380.000,00 no próximo mês, o que deverá contribuir para o aumento do resultado ordinário. Embora o valor mensal não tenha grande impacto isoladamente, o acumulado dos últimos meses tem apresentado crescimento, em função do sistema ter começado a operar efetivamente há cerca de dois anos; anteriormente, a análise era realizada por outra agência, devido à ausência de analista próprio. O Sr. Romero observou que o resultado do mês reflete a realidade atual, e que, como neste período não houve entrada acumulada do COMPREV, o valor de R\$ 587.000,00 se mostra coerente. A Sra. Carmelinde acrescentou que, dependendo do ponto de vista, poderia ser considerado o valor total da conta, porém destacou a importância de deduzir a Taxa de Administração, por se tratar de um fluxo de caixa que sai da conta previdenciária. O Sr. Romero sugeriu que, com a inclusão do aporte, poderia ser necessário ajustar essa questão nos relatórios do próximo ano, a fim de refletir melhor o resultado líquido. O Sr. Joel complementou que, eventualmente, poderia ser incluída uma linha adicional na receita. O Sr. Romero ponderou que, considerando que o aporte não constitui recurso líquido, seria necessário reestruturar a apresentação do relatório, sem alterar o resultado, apenas para melhor entendimento. A Sra. Carmelinde reforçou que a análise para o próximo ano será realizada considerando o novo cenário, sendo o momento oportuno para ajustes futuros. A Sra. Greyce sugeriu a possibilidade de criar uma aba específica para controle da taxa de administração, ao que a Sra. Carmelinde destacou que tal medida poderia ser útil para monitorar o saldo, lembrando que o Conselho Fiscal é responsável pelo controle da Taxa de administração, sendo disponibilizado a ele relatório mensal detalhado, exclusivo com os gastos referentes à taxa, que é analisado pelo Conselho. **3) Movimentações Financeiras do Mês** – A Sra. apresentou as movimentações recentes na carteira de investimentos. Foi informado que a última operação realizada consistiu na compra do fundo de crédito privado 4UM FI RF CRÉDITO PRIVADO LP 28.581.607/0001-21, no valor de R\$ 600.000,00, que já constava no relatório de gestão. As aplicações de repasse previdenciários permanecem alocadas no fundo CAIXA FI



BRASIL MATRIZ RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-7). Em relação aos cupons, foi registrado repasse de R\$ 2.895.000,00, também alocado no mesmo fundo Matriz. Parte desses recursos foi resgatada do Matriz para viabilizar a nova aplicação no fundo 4UM FI RF CRÉDITO PRIVADO LP (CNPJ 28.581.607/0001-21). Foi esclarecido que os valores referentes à taxa de administração permanecem no FUNDO CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI LONGO PRAZO (CNPJ 03.737.206/0001-97). Adicionalmente, os recursos que entram na conta 000575269928-9 (400-3), fundo CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-7). 4)

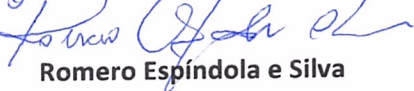
**Recomendações SMI, movimentações a serem realizadas e aplicação dos novos recursos** – A Sra. Carmelinde informou que foi realizada reunião com a consultoria SMI, cuja recomendação permaneceu sendo a alocação prioritária em Títulos Públicos. Conforme a orientação apresentada, a SMI recomendou a aquisição de R\$ 8.000.000,00 em títulos com vencimento em 2028 e de R\$ 2.700.000,00 em títulos com vencimento em 2055, utilizando o patrimônio líquido (PL) considerado no estudo de ALM. A Sra. Carmelinde destacou que, segundo seu controle, restaram R\$ 165,00 referentes ao título de 2028 e R\$ 107.000,00 do título de 2055. Ressaltou ainda que a SMI entende ser necessário atualizar o PL e reduzir os valores proporcionalmente ao que já foi adquirido, o que, na visão da consultoria, ainda deixaria um percentual disponível para novas aplicações. O Sr. Romero questionou se, conforme os cálculos apresentados, haveria margem disponível para novas compras. A Sra. Carmelinde informou que, de acordo com seus controles, não há mais margem, esclarecendo que não considerou os valores referentes aos cupons pagos recentemente, visto que estes são normalmente reinvestidos e reduzem o saldo do principal. Quando questionada sobre o valor dos cupons, a Sra. Carmelinde informou que totalizaram R\$ 2.895.000,00. O Sr. Romero observou que, pela conta apresentada, não haveria mais margem de investimento, mas ponderou que, desconsiderando valores residuais, seria possível realizar uma aplicação adicional entre R\$ 2.500.000,00 e R\$ 2.800.000,00, caso se optasse por recompor parte dos recursos. O Sr. Joel manifestou sua opinião no sentido de não efetuar novas compras no momento, considerando o atual patamar elevado do CDI e da taxa Selic, que deve permanecer nesse nível também no próximo ano. Destacou que, diante desse cenário, entende ser mais prudente manter os recursos aplicados em CDI, independentemente da metodologia de cálculo apresentada pela consultoria. O Sr. Romero questionou qual seria o prazo dos títulos recomendados pela SMI. O Sr. Joel respondeu que as indicações abrangem prazos longos, como 2050 e 2040. A Sra. Greyce acrescentou que, na reunião de agosto, não constavam os vencimentos detalhados na recomendação, apenas os valores a serem aplicados, sem especificação de prazo. A Sra. Carmelinde observou que, considerando a orientação de reinvestir os cupons, a intenção seria direcioná-los para títulos com o mesmo prazo dos já existentes. A Sra. Greyce ponderou que a carteira é composta por vencimentos muito fragmentados, o que dificulta o reinvestimento em prazos idênticos. A Sra. Carmelinde sugeriu que, alternativamente, os recursos poderiam ser aplicados em um prazo médio, ressaltando que não considera adequado direcioná-los para vencimentos muito longos, como 2050. A Sra. Greyce relembrou que já havia sido discutida a possibilidade de destinar parte dos cupons ao crédito privado. A Sra. Carmelinde confirmou que essa deliberação foi parcialmente implementada, com aplicação de R\$ 600.000,00 nesse segmento. A Sra. Greyce observou que ainda restava definir se as aplicações referentes ao Bradesco e ao Itaú seriam realizadas nas mesmas instituições ou se seriam direcionadas a outros fundos, mencionando ter sugerido o uso de recursos provenientes dos títulos, embora a definição final ainda não tenha ocorrido. Ao final, a Sra. Carmelinde concluiu que, neste momento, os recursos permanecerão aplicados em CDI. O Sr. Joel manifestou concordância com essa decisão, e a Sra. Carmelinde reiterou estar de acordo com a manutenção dessa estratégia. O Sr. Joel iniciou destacando que, no momento, é oportuno aproveitar as condições favoráveis do CDI, considerando que o cumprimento da meta de rentabilidade está praticamente assegurado. Ressaltou, contudo, que seria positivo alcançar resultados próximos ao CDI, visto que este serve como parâmetro de referência para o desempenho dos investimentos. Enfatizou que, embora o essencial seja o cumprimento da meta, a busca por resultados compatíveis com o CDI seria desejável, uma vez que este índice tem apresentado desempenho mais estável em comparação às NTN-B. Acrescentou que, diante da sinalização de manutenção da taxa Selic em níveis elevados por mais tempo, não considera necessária, neste momento, a realização de novas aquisições de Títulos Públicos. O Sr. Joel mencionou ainda que, caso ocorra alguma movimentação significativa no mercado, com abertura da curva de juros e possibilidade de retornos mais altos, a situação

101 poderá ser reavaliada. A Sra. Carmelinde observou que as taxas continuam elevadas, citando que,  
102 conforme informações recebidas no dia anterior, os títulos com vencimento em 2028 ainda estão na faixa  
103 de 8%. O Sr. Joel complementou que, considerando um IPCA estimado em torno de 4,83%, o retorno total  
104 poderia alcançar aproximadamente 13%. O Sr. Romero concordou com a estimativa, arredondando o IPCA  
105 para 5%, o que resultaria na mesma projeção de retorno. A Sra. Carmelinde concluiu que, diante desse  
106 cenário, seria mais prudente manter os recursos aplicados em CDI. Acrescentou que, na próxima reunião,  
107 será possível avaliar novamente a situação, uma vez que, até o momento, não há previsão de queda nas  
108 taxas. A Sra. Greyce complementou que, conforme as projeções atuais, o CDI tende a continuar  
109 possibilitando o cumprimento da meta de rentabilidade também no próximo ano. A Sra. Carmelinde  
110 reiterou sua concordância, reforçando a decisão de manter os recursos no CDI neste momento. O Sr.  
111 Romero questionou, em seguida, sobre o pagamento de cupons, indagando se haveria cupom previsto  
112 para novembro. A Sra. Greyce confirmou, explicando que o pagamento ocorre nos meses ímpares, e o Sr.  
113 Romero observou que, caso a aplicação fosse realizada agora, já seria possível captar o cupom de  
114 novembro. A Sra. Greyce ponderou, entretanto, que isso dependeria do tipo de título adquirido, podendo  
115 o próximo pagamento ocorrer apenas em fevereiro. O Sr. Joel destacou que a decisão final cabe ao Comitê  
116 de Investimentos, por ser o órgão soberano nas deliberações. O Sr. Romero manifestou certa preocupação  
117 em relação às diretrizes do estudo de ALM, mencionando que nunca se sentiu totalmente seguro quanto  
118 às suas explicações, uma vez que o modelo se baseia em um PL atualizado. Argumentou que, caso o PL  
119 apresente variação negativa, pode haver necessidade de resgates, o que implicaria descumprimento do  
120 ALM original. Ressaltou que se trata de um instrumento complexo e de difícil compreensão, especialmente  
121 quanto às projeções de longo prazo. O Sr. Joel lembrou que o contrato vigente prevê a realização de  
122 apenas um estudo de ALM por ano. A Sra. Carmelinde complementou que há possibilidade de solicitar  
123 atualização fora do período contratual, recordando que essa medida já havia sido adotada anteriormente,  
124 em um pedido excepcional. A Sra. Greyce, contudo, manifestou sua opinião contrária à atualização neste  
125 momento, considerando que o Instituto está em processo de reavaliação atuarial e de análise da mudança  
126 de Alíquota Suplementar para Aportes Financeiros, o que exigiria o cálculo de um novo estudo completo  
127 para maior precisão. A Sra. Carmelinde reforçou que o estudo de ALM estabelece um limite baseado no  
128 valor do PL que pode ser comprometido para exercícios futuros, e que o cálculo atuarial, realizado  
129 anualmente, considera as condições vigentes no período da avaliação. Explicou que alterações  
130 conjunturais e normativas entre um exercício e outro podem afetar o resultado do déficit, mas o cálculo  
131 atuarial permanece sendo o mesmo. Destacou ainda que, embora o PL seja atualizado periodicamente, o  
132 estudo atuarial não se altera até a próxima revisão formal. O Sr. Joel finalizou mencionando que, após as  
133 análises recentes envolvendo crédito privado e as discussões com o Bradesco, passou a considerar o  
134 aumento da exposição a esse segmento. Citou que a aplicação em crédito privado e em letras financeiras  
135 tem se mostrado uma alternativa atrativa dentro da estratégia da carteira. Durante a reunião, a Sra.  
136 Carmelinde destacou que possivelmente haverá alterações quanto aos aportes futuros. Informou que  
137 realizou um estudo e apresentou-o ao Conselho, expondo seu ponto de vista. Ressaltou que, até o  
138 momento, o Instituto vem registrando um número reduzido de aposentadorias, sendo a maioria dos  
139 benefícios concedidos por invalidez. Entretanto, em razão da reforma previdenciária, que postergou em  
140 dois anos a idade mínima para aposentadoria, projeta-se que, a partir de 2027, haverá um aumento  
141 expressivo no número de concessões. Observou que essa postergação, embora tenha reduzido a  
142 quantidade atual de aposentadorias, apenas adiou uma demanda que tende a crescer significativamente  
143 nos próximos anos. A Sra. Carmelinde propôs que, diante desse cenário, o Instituto mantenha o  
144 planejamento conforme discutido, destacando a necessidade de definir os próximos passos para  
145 continuidade dos investimentos em crédito privado. O Sr. Joel retomou a questão relacionada ao crédito  
146 privado, mencionando que havia intenção de tratar do assunto na reunião anterior com a SMI, mas acabou  
147 não sendo abordado. Recordou que, conforme discutido anteriormente, o sistema Radar não apresentava  
148 todos os fundos disponíveis e que havia um fundo, anteriormente fechado, que se destacava no ranking  
149 de desempenho. A Sra. Greyce informou que o referido fundo já havia sido retirado do Radar, confirmando  
150 a atualização. A Sra. Greyce observou que o fundo Itaú KINEA Institucional Credito Privado (CNPJ  
151 57.454.364/0001-69) ainda não aparece no Radar por ser recente, com início em setembro de 2024,



devendo constar apenas na próxima atualização, prevista para outubro, uma vez que ainda não completou um ano de histórico. Recordou que, conforme decidido em reunião anterior, seria dado andamento à aplicação no fundo Bradesco FIC Performance Institucional Crédito Privado Renda Fixa (CNPJ 44.961.198/0001-45), aguardando posterior inclusão do Kinea no Radar para nova avaliação. Mencionou também que, segundo a SMI, o fundo Kinea apresenta boa qualidade, mas, por prudência, é recomendável aguardar a consolidação de seu histórico. O Sr. Joel destacou que o fundo BTG também apresenta bom desempenho e está bem ranqueado. Na sequência, a Sra. Greyce questionou sobre o fundo SPX, demonstrando desconhecimento quanto à sua origem. O Sr. Joel observou que o BTG nunca manteve contato mais direto com o Instituto. A Sra. Greyce confirmou, informando que houve um contato antigo, há muitos anos, quando o BTG ofereceu cotações de títulos, mas sem continuidade. O Sr. Joel citou o Sr. João, da Towin, mencionando que este profissional já havia procurado o Instituto no passado, e a Sra. Greyce complementou relatando que, em determinado período, houve tratativas para cotação de títulos públicos por meio da Terra Investimentos. Em continuidade, a Sra. Carmelinde propôs seguir com o planejamento de aplicação no fundo Bradesco e verificar a origem dos recursos para tal, se provenientes do próprio Bradesco ou do montante recebido dos cupons. A Sra. Greyce manifestou-se favorável à utilização dos recursos oriundos dos cupons, sendo consenso entre os presentes. **4.1) Movimentações –** Definiu-se, assim, o resgate no valor de R\$ 600.000,00 do fundo CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-70) vinculado a conta 000575269927-0 (300-7) e aplicação do valor resgatado no fundo Bradesco FIC Performance Institucional Crédito Privado Renda Fixa (CNPJ 44.961.198/0001-45) Foi informado que o cadastro referente à aplicação já está em andamento, restando apenas a coleta das assinaturas necessárias, incluindo a do gestor responsável, após o que será feito contato para finalização do procedimento. A Sra. Carmelinde Acrescentou que o Instituto possui recursos disponíveis tanto CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-70) vinculado a conta 000575269927-0 (300-7) quanto na conta C/C 000575269928-9 (400-3), utilizada para operações de compensação, e que, se necessário, poderá ser realizado resgate para atendimento da folha de pagamento. Ficou definido que o resgate será proveniente do pagamento de cupons recebidos em agosto e que o fundo Kinea será reavaliado quando passar a constar no Radar, conforme desempenho e classificação. Por fim, a Sra. Carmelinde reforçou que os novos recursos ingressados permanecerão aplicados no CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-70), até deliberação futura. **5) Aportes Financeiros –** A Sra. Carmelinde apresentou um levantamento referente à projeção financeira do Instituto, considerando o cenário dos Aportes Financeiros e a liquidez disponível para os próximos cinco anos. Informou que os dados foram elaborados a partir de uma planilha de estudo, sem formato de apresentação formal, e que o cálculo tomou por base o patrimônio líquido (PL) considerado como “PL livre para cinco anos”, abrangendo as NTN-Bs com vencimento até 2030 e a parcela em CDI da carteira, utilizando os valores atuais, sem atualização, totalizando R\$ 82 milhões. A Sra. Carmelinde destacou que, conforme o cálculo atuarial e considerando o modelo misto, os aportes que deveriam permanecer aplicados por cinco anos somariam R\$ 41 milhões. Explicou que manteve como referência o PL de junho, data de início da análise, e considerou as receitas ordinárias do Instituto, compostas pelas alíquotas normais com o COMPREV, resultando em R\$ 21 milhões anuais. Acrescentou que, incluindo a alíquota da Educação, a receita anual totalizaria aproximadamente R\$ 27 milhões. Com base nessas informações, projetou uma disponibilidade financeira até 2030 de R\$ 219 milhões, composta pelo PL de R\$ 82 milhões e pelas receitas projetadas de R\$ 137 milhões para o período. As despesas anuais de folha foram estimadas em R\$ 27 milhões, acrescidas de R\$ 65 mil anuais referentes ao COMPREV e R\$ 2,1 milhões relativos à Taxa de Administração, totalizando R\$ 150 milhões em despesas no horizonte de cinco anos. Dessa forma, a projeção indicou um saldo líquido positivo de R\$ 68 milhões. A Sra. Carmelinde também apresentou simulações considerando diferentes cenários. Caso fossem analisadas apenas as receitas ordinárias, sem incluir o PL das aplicações, seria verificado um déficit financeiro anual de R\$ 9 milhões, acumulando R\$ 45 milhões em cinco anos. Já no cenário misto, o déficit seria reduzido para R\$ 2,6 milhões anuais, ou R\$ 13 milhões no mesmo período. Ressaltou, entretanto, que a liquidez atual da carteira é suficiente para garantir os compromissos projetados, sem necessidade de antecipação de resgates de Títulos Públicos ou utilização de aportes para pagamento de despesas correntes. A Sra. Carmelinde mencionou ainda que realizou comparativo com as

projeções do Plano Plurianual (PPA), considerando as despesas estimadas para os exercícios de 2026 a 2029 e um acréscimo de R\$ 2 milhões para 2030, totalizando R\$ 195 milhões. Assim, concluiu que o montante projetado de R\$ 219 milhões garante margem confortável, com saldo de aproximadamente R\$ 23 milhões de liquidez até 2030, em valores presentes. Destacou que, mesmo diante de eventual necessidade de pagamento do COMPREV no valor de R\$ 10 milhões, ainda permaneceria um saldo positivo na carteira. O Sr. Romero observou que o levantamento não contemplava o aumento dos benefícios. Em resposta, a Sra. Carmelinde esclareceu que as estimativas seguiram os parâmetros definidos no PPA, que já incluem as atualizações anuais dos benefícios e da folha. O Sr. Romero questionou se havia considerado algum fator de crescimento adicional, ao que a Sra. Greyce explicou que, por se tratar de uma variável subjetiva, é adotada uma projeção de inflação acrescida de R\$ 2 milhões anuais. Acrescentou que, no caso de pensionistas, o valor projetado é ajustado pela inflação mais R\$ 100 mil ao ano. O Sr. Romero destacou que os parâmetros apresentados demonstram um cenário bastante conservador, especialmente nos primeiros anos, em que o impacto projetado é menor. A Sra. Carmelinde confirmou que a projeção foi feita para um período de cinco anos, com metodologia prudente, justamente para garantir segurança financeira ao Instituto. A Sra. Greyce reforçou que as projeções evidenciam a folga orçamentária existente, simulando, inclusive, o ingresso de até R\$ 2 milhões em novas aposentadorias sem comprometer o equilíbrio financeiro. A Sra. Carmelinde finalizou destacando que o estudo teve como principal objetivo confirmar a capacidade de liquidez do Instituto, assegurando que não será necessário antecipar vendas de Títulos Públicos nem utilizar recursos de aportes para cobertura da folha. Informou ainda que, na época da última reunião com o Sr. Guilherme, o levantamento ainda não havia sido concluído. O Sr. Romero concluiu observando que a realização de um concurso público tende a fortalecer as receitas do Instituto, podendo inclusive eliminar o déficit de aproximadamente R\$ 2 milhões projetado no cenário mais conservador. **5) Assuntos Diversos** – A Sra. Carmelinde informou que, neste ano, foi elaborado o Relatório das Hipóteses Atuariais, documento de elaboração obrigatória conforme a legislação vigente. Comunicou que, no dia 7 de outubro de 2025, ocorrerá uma apresentação conduzida pela empresa Lumens, com o objetivo de detalhar o conteúdo do relatório e esclarecer eventuais impactos que essas hipóteses poderão gerar no próximo cálculo atuarial. Ressaltou ainda que, embora o procedimento não seja propriamente novo, trata-se da primeira vez que o Instituto realiza essa avaliação de forma estruturada, o que representa um avanço no aprimoramento das práticas atuariais. A Sra. Carmelinde destacou também a aprovação do Projeto de Lei que trata da nova estrutura administrativa do Timboprev, o qual já foi sancionado e publicado na semana anterior à reunião, passando a vigorar a partir de 1º de outubro. Explicou que, a partir dessa aprovação, será necessário iniciar o processo de implementação da nova estrutura, observando as regras legais referentes à forma de provimento dos cargos — sendo alguns de caráter efetivo, a serem preenchidos por concurso público, e outros em comissão, destinados à diretoria. Na sequência, a Sra. Carmelinde informou que o Sr. Guilherme, representante da Empire Capital, entrou em contato informando que estará na região na próxima semana e que existe a possibilidade de uma visita presencial ao Instituto, ainda a ser confirmada. Comunicou também que o fundo TARPON, gerido pela instituição, estará encerrando o período de captação de aportes em aproximadamente vinte a trinta dias, motivo pelo qual eventuais aplicações deverão ser consideradas dentro desse prazo. Por fim, foram registradas as reuniões institucionais realizadas recentemente, sendo uma com a gestora Marsche, no dia 4 de outubro, e outra com o Bradesco, ocorrida presencialmente nas dependências do Instituto, no dia 28 de agosto, em concomitância com a reunião ordinária do Comitê. Ao final dos assuntos, a Sra. Carmelinde declarou não haver outros pontos a serem tratados, e os demais participantes confirmaram que não havia pendências adicionais. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos participantes da reunião presentes. Timbó, 24/09/2025.

  
Carmelinde Brandt  
  
Romero Espíndola e Silva

  
Joel Ricardo Raiter  
  
Greyce Nardelli Severino